

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL - LEI PAULO GUSTAVO

EDITAL Nº 001/2023 – DE AUDIOVISUAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL**, com sede na Rua: Francisco Sales Maia, nº 23 – Centro, CEP: 58.755-000 inscrita no CNPJ: 08.888.968/0001-08 – Princesa Isabel - Paraíba, inscrita, em conformidade com a Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), regulamentada pelo Decreto no 11.525/2023 de 11 de maio de 2023 e pelo Decreto no 11.453/2023 de 23 de março de 2023 e demais legislações pertinentes a matéria, e, ainda regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através o REGULAMENTO para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”, referente ao AUDIOVISUAL objetivos e regramento abaixo discriminados:

1. DA JUSTIFICATIVA

1.1. O Edital Nº 001/2023 – **DE FOMENTO AO AUDIOVISUAL**, configura-se como uma ação de apoio ao setor cultural fundamentada na Lei Complementar no 195, de 8 de julho de 2022, a “Lei Paulo Gustavo”, com ênfase no apoio a projetos culturais de audiovisual que sejam desenvolvidos com os artistas e fazedores de cultura, que resultem em beneficiamento individual e coletivo e que gerem impacto local, social, econômico e cultural.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e o fomento de projetos de audiovisual de artistas, grupos e coletivos culturais enquadrados no artigo 6º da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, submetidos por proponentes residentes no município de PRINCESA ISABEL-PB.

2.2. Em relação ao Inciso I do Art. 6º, De acordo com o § 2º do inciso I do Decreto 11.525/23, este certame prevê um investimento total de R\$ 120.601,17 (cento e vinte mil, seiscentos e um reais dezessete centavos), em **Apoio a Produções Audiovisuais**, com previsão da seleção de 27 (vinte e sete) projetos individuais e/ou coletivos, referenciadas abaixo.

2.3 No mesmo certame, são destinados 13.847,26 (treze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos), no, com objetivo de premiar 03 (três) projetos apresentados, que prevejam a capacitação da população e da classe artística princesense, e à criação e manutenção de cineclubes, de acordo com o Inciso III do art. 6º da Lei nº 195/2022, cuja especificação está abaixo discriminada:

3. DAS CATEGORIAS

3.1) Este Edital contemplará **27 (VAGAS)** Projeto na área do audiovisual nas seguintes categorias abaixo:

3.2) Produção de vídeo-biografia, videoclipe, e curta metragem/documentário, referentes ao art. 6º, inciso I e III da LPG:

CATEGORIA I – Art. 6º, inciso I (LPG)	VAGAS
A - Vídeo Biografia de Artista	10
B - Vídeo Biografia de Grupo	4
C – Curta Metragem/ Documentário/Websérie	4
D – Videocast (Podcast com vídeo)	6



CATEGORIA II – Art. 6º, inciso III (LPG)	VAGAS
E - Formação em audiovisual	3
TOTAL	27

A) VÍDEO BIOGRAFIA DO ARTISTA

Compreende-se, VÍDEO BIOGRAFIA DO ARTISTA, a produção de obra audiovisual de autobiografia, com duração de 5 (cinco) a 10 (dez) minutos, apresentada pelo(a) proponente, cujo conteúdo aborda a trajetória de sua vida artística, sua formação, suas influências, suas parcerias e seus projetos realizados, sua atuação como profissional de cultura no município, dentre outros aspectos do fazer e saber cultural que registrem, definam ou destaquem seu trabalho especializado nas várias áreas artísticas e culturais (artesão, cantor, poeta, entre outros).

B) VÍDEO BIOGRAFIA DO GRUPO,

Compreende-se a produção de obra audiovisual de autobiografia, com duração de 5 (cinco) a 10 (dez) minutos,

apresentada pelo(a) proponente, cujo conteúdo aborda a trajetória de sua vida artística do coletivo/grupo, sua formação, suas influências, suas parcerias e seus projetos realizados, sua atuação como profissional de cultura no município, dentre outros aspectos do fazer e saber cultural que registrem, definam ou destaquem seu trabalho especializado nas várias áreas artísticas e culturais (artesão, cantor, poeta, entre outros).

C) DOCUMENTÁRIO/CURTA-METRAGEM/WEBSÉRIE

A presente categoria pretende premiar 4 propostas de estudantes, produtores iniciantes ou profissionais que apresentarem obras audiovisuais classificadas entre os gêneros ficção, documentário ou animação, com duração mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos. Para propostas de webséries, serão aceitas séries de até 4 episódios, sendo cada episódio com duração máxima de 10 (dez) minutos.

D) VIDEOCASTS:

A presente categoria pretende premiar 06 (seis) propostas de produtores, iniciantes ou profissionais que apresentarem obras audiovisuais caracterizadas como “Videocast”, ou seja, a junção do estilo “Podcast” com imagens gravadas, podendo ser no formato de: Entrevistas, histórias ou análises, cujo conteúdo aborde temas de relevância cultural, com duração mínima de 10 (dez) minutos e máxima de até 20 (vinte) minutos.

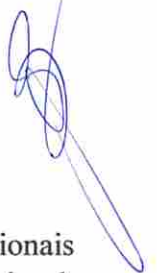
E) CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EM AUDIOVISUAL

A presente categoria compreende o apoio ao setor artístico, por meio de capacitação, formação e qualificação em audiovisual dos artistas, fornecendo capacitação gratuita com temas em audiovisual conforme propostas apresentadas pelos proponentes.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS

4.1.1 Os projetos de Vídeos Biografias podem ser realizados tanto com equipamentos profissionais como alternativos, inclusive câmeras de aparelho celular, desde que apresentem boa qualidade visual, de audição e de edição.

4.1.2 Os projetos para a produção de CURTAS-METRAGENS no gênero FICÇÃO, DOCUMENTÁRIO e ANIMAÇÃO: deverão enviar projeto impresso contendo: apresentação, justificativa, proposta estética, roteiro cinematográfico indicativo, com previsão de estrutura, esboço dos textos de narração e indicação de possíveis depoimentos e entrevistas/ argumentos com descrição



da estrutura do projeto: indicação de pesquisa, descrição de perfil de personagens (se for o caso) e abordagem do tema.

4.1.3 – Os projetos cinemas sala, itinerante, rua com o objetivo de democratizar o acesso ao cinema e popularizar a produção audiovisual geral.

4.1.4 É vedado o aporte na produção de conteúdo com proselitismo religioso ou político-partidário, manifestações e eventos esportivos, concursos, publicidade, televentas, jogos eletrônicos, propaganda política obrigatória, conteúdo audiovisual veiculado em horário eleitoral gratuito, conteúdos jornalísticos e programas de auditório ancorados por apresentador.

5 DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

5.1 .Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação serão oriundos do Plano de Ação N° 30882120230002- 013803 – Ministério da Cultura / Fundo Nacional de Cultura / Lei Complementar N° 195/2022 bem como o Decreto Federal N° 11.525/2023.

6 DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

6.1 Do montante previsto neste Edital 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas, 5% (cinco por cento) para pessoas ciganas e 5% (cinco por cento) para pessoas quilombolas.

6.2 As pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas que optarem por concorrer aos recursos reservadas concorrerão concomitantemente aos recursos destinados à ampla concorrência.

6.3 Os recursos destinados a pessoas negras, indígenas, ciganas ou quilombolas aprovadas nos recursos destinados à ampla concorrência não serão computados para fins de preenchimento dos recursos reservados.

6.4 Na hipótese de não haver propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas, os recursos remanescentes serão destinados para as demais categorias.

6.5 Na hipótese de o número de propostas permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência.

6.6 Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal e responsável pelo projeto cultural seja mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência ou membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

6.7 No ato da inscrição, proponentes que optarem pelas ações afirmativas deverão preencher e enviar autodeclaração (Anexo III) e estarão sujeitos a confirmação por meio de verificação da banca de avaliação dos projetos.

7 DO CRONOGRAMA

7.1 As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através site <https://www.princesa.pb.gov.br/>

Etapa	Período	Duração
Lançamento do Edital	31 de outubro de 2023	



Período de Inscrições	31 de outubro a 14 de novembro de 2023	10 dias
Divulgação do Resultado dos Classificados	17 de novembro de 2023	2 dias
Período para Interposição de Recurso	20 e 21 de novembro de 2023	02 dias
Divulgação do Resultado Final	22 de novembro de 2023	-
Período de Habilitação dos Projetos Selecionados e Assinatura do Termo de Execução Cultural	24 a 29 de novembro de 2023	02 dia
Período de Pagamento dos Projetos Selecionados	A partir de 29 de novembro a 31 de dezembro 2023	

8 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 Poderão inscrever-se neste Edital, na condição de proponentes, as pessoas físicas, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, e pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural, com domicílio no município de **Princesa Isabel – PB**, com comprovações de ao menos 2 (dois) anos, e que satisfaçam as condições de habilitação de que trata este certame.

8.2 O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto se houver participado ativamente na construção do referido Edital. A participação de agentes culturais nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração.

8.3 Estão impedidas de inscrever ou participar de projetos as pessoas físicas ou pessoas jurídicas cujos proponentes/ sócios/representantes sejam membros da Comissão Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo, para a análise de projetos neste Edital ou membros da Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos no município de Princesa Isabel - PB.

8.4 Não poderão se inscrever os proponentes que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos

9. DO VALOR PAGO AO PROPONENTE

9.1 O Edital N° 001/2023 - DE AUDIOVISUAL, contemplará 27 (vinte e sete vagas) propostas na área do audiovisual.

9.2 O Valor a ser pago será de acordo com a categoria de inscrição do projeto, conforme a tabela a seguir:

9.2.1 Das Produção de vídeos-biografias individual/ grupo, curtas-metragens/documentários.

CATEGORIA	VAGAS	RS UNITÁRIO	RS TOTAL
A - Vídeo Biografia de Artista	10	2.000,00	20.000,00
B - Vídeo biografia de Grupo	4	6.150,25	24.601,00
C – Documentário/Curta-metragem	4	16.000,00	64.000,00
D – Videocasts	6	2.000,00	12.000,00




UNIAO E RECONSTRUCAO		120.601,17	
CATEGORIA Art. 6º inciso III		RS UNITÁRIO	RS TOTAL
E – Formação em audiovisual	3	4.615,75	13.847,26

9.2.2 O pagamento dos contemplados no edital será efetuado em parcela única, depositado obrigatoriamente na conta bancária do proponente (pessoa física ou jurídica).

9.2.3 No pagamento a pessoa jurídica a conta bancária deverá estar no nome da empresa. Para MEI - Micro Empreendedor Individual será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

10 DAS INSCRIÇÕES

10.1 A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada de **31 de outubro a 14 de novembro de 2023**, presencialmente na **Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos**, os formulários necessários são os anexos a este Edital e ficarão disponíveis também no site da Prefeitura <https://www.princesa.pb.gov.br/>

10.2 No ato da inscrição, deverão ser anexados os seguintes documentos, em envelope fechado;

10.3 Formulário de Inscrição;

10.4 Plano de Trabalho para os projetos de curta-metragem, websérie, videocast, cinema itinerante/rua contendo descrição do objeto, cronograma de execução e estimativa de custos, conforme modelo disponível em Anexo III;

10.5 Currículo, e portfólio do proponente;

10.5.1 Em caso do Proponente já possuir portfólio e Currículo atualizado na Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos preencher Formulário de Declaração de Documentação presente no Anexo II deste edital, informando que a documentação já encontra-se devidamente atualizada junto à esta Diretoria.

10.5.2 Na hipótese do item anterior, o proponente deverá aguardar o prazo de até 2 (dois) dias para confirmação da documentação. Caso houver a necessidade de complementação da documentação, a Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos entrará em contato para complementação, no prazo de 02 (dois) dias.

10.6 Declaração de Representatividade, quando se tratar de caso de grupos ou coletivos informais, conforme modelo disponível no Anexo IV.


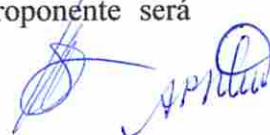
10.7 Autodeclaração, quando se tratar de proponente optante por concorrer por meio das ações afirmativas, conforme modelo disponível no Anexo III.

10.8 A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

10.9 Após a entrega do formulário e documentação, não serão admitidas alterações ou complementações **no projeto**.

10.10 Só será permitido apenas 01 (uma) inscrição por proponente nos editais da Lei Paulo Gustavo no município de **Princesa Isabel**, caso haja duas inscrições do mesmo proponente será automaticamente desclassificado.

11 DA ANÁLISE DOS PROJETOS

11.1 Os projetos serão analisados pela Comissão de Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo, que deverão atribuir notade 0 (zero) a 10 (dez) pontos para cada projeto, de acordo com os critérios e pontuações abaixo relacionados.

Item	Critério	Não Apresentou	Apresentou Parcialmente	Apresentou Integralmente
1	Relevância Artística do Projeto	0,0	0,5	2,0
2	Coerência da metodologia em relação aos objetivos descritos	0,0	0,5	2,0
3	Criatividade e Originalidade	0,0	0,5	2,0
4	Viabilidade Prática da Proposta	0,0	0,5	2,0
5	Currículo e Portfólio	0,0	0,5	2,0

11.2 Cada proposta será avaliada por 03 (três) membros da Comissão e a nota final será obtida a partir do cálculo da média aritmética simples entre as notas dos avaliadores.

11.3 Proponentes optantes por sistema de ações afirmativas receberão pontuação adicional de 1,0 (um ponto), acrescida à nota de avaliação, devendo o resultado discriminar a pontuação adicionada.

11.4 Serão selecionados os projetos que receberem as melhores notas, cujos valores somados alcancem a partir das propostas que obtiverem as maiores pontuações.

11.5 Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação nos critérios 4 e 5, sucessivamente. Persistindo o empate, será selecionado o projeto primeiramente inscrito.

11.6 Não serão classificados projetos com nota final inferior a 7,0.

11.7 Não serão selecionados artistas, grupos, espaços, agentes e iniciativas que não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito da Lei nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc).

11.8 O resultado classificatório dos projetos será divulgado no site <https://www.princesa.pb.gov.br/> contendo nome do proponente, nome da proposta, categoria, pontuação adicional e nota final.

11.9 Do resultado dos Classificados será facultada a interposição de recurso exclusivamente por meio de formulário específico disponibilizado para esta finalidade, tanto na Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos, quanto no site <https://www.princesa.pb.gov.br/>

11.10 A Comissão de Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.

11.11 Caso a nota da iniciativa reavaliada seja inferior à nota inicial da etapa de seleção, será mantida a nota dada originalmente pela Comissão.

11.12 Após analisados os pedidos de reconsideração, a Comissão de Execução e Fiscalização da Lei Paulo Gustavo publicará no Diário Oficial do Município e no site <https://www.princesa.pb.gov.br/> homologação do resultado final, do qual não caberá recurso.

11.13 Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista de suplentes, observada a ordem de pontuação, podendo ser eventualmente convocados em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Termo de Execução Cultural do projeto selecionado.

11.14 Não havendo número suficiente de vencedores no quantitativo previsto em qualquer uma das categorias, seja por critérios técnicos ou por demanda de inscrições, a sobra dos recursos poderá ser remanejada para outra(s) categoria(s) deste edital, aumentando o seu número de vagas ou até mesmo recalculando os valores para possível acréscimo, conforme o caso.

11.15 Os valores com obrigações tributárias, de acordo com as alíquotas previstas na legislação, vigentes à época do pagamento, poderão ser retidos na fonte, incidindo sobre o valor bruto a ser repassado ao proponente.

12 DA COMISSÃO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA LPG

12.1 A Comissão de Execução e Fiscalização, responsável pela gestão deste Edital, será coordenada por integrantes nomeados pelo Prefeito Municipal dentre os membros do Conselho de Cultura que não possuem interesse direto na participação dos Editais da Lei Paulo Gustavo.

12.2 Os trabalhos da Comissão de Execução e Fiscalização serão registrados em ata, a qual será assinada pelos respectivos coordenadores e encaminhada a **Diretoria de Cultura Turismo e Eventos** para a devida tomada de decisão.

13 DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

13.1 Após a homologação do resultado final, a **Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos**, convidará o Proponente do projeto para assinatura do termo de execução cultural.

13.2 Além do termo de execução cultural devidamente assinado, o proponente deverá apresentar a documentação com data de validade atualizada ,para fins de instrução processual.

13.3 A não assinatura do termo de execução cultural e da documentação obrigatória fora do prazo estabelecido no cronograma deste Edital ensejará na desclassificação do proponente.

13.4 No caso de envio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ,será solicitado o reenvio da documentação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

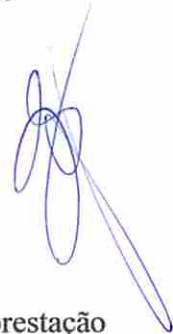
13.5 O não envio ou reenvio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na desclassificação do proponente e imediata convocação de projeto suplente.

13.6 A comprovação de regularidade fiscal será obrigatória para a celebração do termo.

13.7 O pagamento será realizado em uma única parcela, por meio de conta bancária.

14 DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1 Os recursos do termo de execução cultural poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio; realização de obras, reformas e aquisição de equipamentos relacionados à execução do objeto; e outras despesas necessárias para o cumprimento do objeto, seguindo seu cronograma de pagamentos



elaborados pela Diretoria de Cultura.

14.2 As compras e as contratações de bens e serviços pelo proponente adotarão os métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

14.3 O proponente será o responsável exclusivo pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos.

14.4 Nos casos em que o proponente celebrante do termo de execução cultural seja pessoa jurídica, seus dirigentes ou sócios poderão receber recursos relativos à sua atuação como integrantes da equipe de trabalho ou como prestadores de serviços necessários ao cumprimento do objeto.

15 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1 O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas a **Secretaria de Educação e a Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos**, nos termos do Decreto Federal nº 11.453/2023.

15.2 Os detalhes sobre os procedimentos de prestação de contas estão dispostos no termo de execução cultural.

15.3 A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do termo de execução cultural.

16 DAS SANÇÕES E PENALIDADES

16.1 O proponente será o único responsável pela veracidade dos documentos encaminhados.

16.2 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na eliminação da inscrição.

16.3 Caso comprovado o falseamento de informações após o repasse do recurso, o proponente sofrerá as sanções e penalidades previstas no Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

18 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

18.1 Os proponentes deverão entregar juntamente com a ficha de inscrição e os anexos os seguintes documentos:

18.2 Proponente Pessoa Física:

- Cópia do documento de identidade;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Cópia do comprovante de residência do representante legal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;
- Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;
- Certidão Negativa Municipal;
- Dados bancários (cópia de comprovante constando nome do banco, agência e conta) do proponente, (cartão);



18.3 Proponente Pessoa Jurídica

- Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
- Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações;
- Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu,
- Cópia da identidade e CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- Cópia do comprovante de residência do representante legal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;
- Certidão Negativa do FGTS; Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;



- h) Certidão Negativa de Débito Municipal
- i) Cópia dos Dados Bancários (nome do banco, agência e conta corrente) da Pessoa Jurídica.

18.4 Proponente MEI – Micro Empreendedor Individual

- a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
- b) Cópia da identidade e CPF;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT;
- d) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;
- e) Cópia do comprovante de residência do representante legal;
- f) Dados bancários (nome do banco, agência e conta corrente) do proponente. A conta deverá, obrigatoriamente, ser vinculada ao CNPJ.
- g) Certificado de MEI – Micro Empreendedor Individual
- h) Certidão Negativa de Débito Municipal

Parágrafo Primeiro: No caso de inscrições feitas por Pessoas Jurídicas, a conta corrente deverá estar no nome da empresa e no caso de pessoa física a conta deverá estar no nome do proponente e para o MEI será exigida a conta vinculada ao CNPJ.

19 DA CONTRAPARTIDA

19.1 Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Administração Pública, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

19.2 Ao inscrever suas propostas, os proponentes estarão assumindo o compromisso de execução e exibição futuras para a realização de seus produtos em Audiovisual, dentro do prazo não superior a 30 de junho de 2024.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as logomarcas da **Lei Paulo Gustavo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Prefeitura Municipal de Princesa Isabel, Ministério da Cultura e Governo Federal**, conforme disponibilizado pela Coordenação da Lei Paulo Gustavo no município.

20.2 Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão fazer constar em seus vídeos, textos, imagens e instrumentos congêneres de divulgação a seguinte citação:

“Realizado com recursos da Lei Paulo Gustavo. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. Operacionalização: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Prefeitura Municipal de Princesa Isabel-PB, 31 de outubro de 2023.”

20.3 O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos, é de exclusiva responsabilidade do(a) proponente.

20.4 É de responsabilidade da **Prefeitura Municipal de Princesa Isabel** o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

20.5 Eventuais casos omissos constatados na fase de inscrição e análise serão resolvidos pela comissão de coordenação e análise durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.

20.6 Dúvidas referentes a este Edital poderão ser esclarecidas através da Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos.




20.7 Os anexos relacionados ao presente Edital estarão disponíveis no site <https://www.princesa.pb.gov.br/>


Princesa Isabel - PB, 31 de outubro de 2023


RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Constitucional de Princesa Isabel

08-968/0001-08
Prefeitura Municipal de Princesa Isabel
Rua Francisco de Sá, 13 - Centro
Princesa Isabel - PB
CEP: 5755-000


ANA PAULA NUNES DA SILVA
Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Turismo

Ana Paula Nunes da Silva
Secretária de Educação, Cultura,
Esporte, Lazer, Turismo e Eventos
Mat.: 18790


LUCINALDO FEITOSA VENTURA
Diretor de Cultura, Turismo e Eventos

Lucinaldo Feitosa Ventura
Diretor Cultural
Turismo e Eventos